

INTERNACIONAL



Esta seção trata da substituição do secretário de Estado dos Estados Unidos, Rex Tillerson, do resultado das eleições parlamentares na Colômbia e da renúncia do presidente do Peru, Pedro Pablo Kuczynski, que estava sob nova ameaça de impeachment. Também analisa a reeleição de Vladimir Putin para a presidência da Rússia e a aprovação de um novo governo pelo Parlamento alemão

Estados Unidos

O presidente dos Estados Unidos (EUA), Donald Trump, demitiu o secretário de Estado, Rex Tillerson, titular do órgão responsável pelas relações exteriores, pelo Twitter. O motivo não explicitado era a diferença de opinião dos dois sobre a condução da política externa, na qual Tillerson, na medida do possível, tentava conter o método impulsivo e intolerante de Trump nas relações internacionais. Por exemplo, ao defender o rompimento do acordo sobre a política nuclear do Irã, o que implicaria contrapor a União Europeia, a Rússia e a China que, na época do governo Obama, o negociaram e avaliaram. Tillerson vinha trabalhando com os europeus para mantê-lo de pé, apesar da opinião desfavorável de Trump. A última questão foi em relação à Coreia do Norte, pois enquanto o ex-secretário era a favor de negociações nos bastidores, sem dar publicidade a eventuais entendimentos, Trump tuitava ao vivo sobre um possível encontro com o líder Kim Jong un,

ao mesmo tempo que falava sobre a manutenção das sanções e adoção de medidas militares.

Para assumir o cargo vago, foi indicado o atual diretor da CIA, Mike Pompeo, membro do movimento conservador Tea Party e deputado pelo Kansas entre 2011 e janeiro de 2017. No lugar dele, pode assumir a primeira mulher a comandar a agência, Gina Haspel, que atualmente é sua vice-diretora. Ela se tornou conhecida por supervisionar torturas de supostos membros da Al-Qaeda numa prisão secreta administrada pela CIA, na Tailândia, na época do presidente George Bush. Sendo o novo secretário de Estado mais alinhado com as visões de Trump, o que podemos esperar é que os EUA fiquem ainda mais agressivos e imprudentes no cenário internacional, como na questão iraniana mencionada que Pompeo já criticava quando foi assinado por Barack Obama.

No entanto, ambos têm de ser aprovados pelo Congresso estadunidense, o que não deverá ser difícil graças à maioria republicana.

Colômbia

Nas eleições parlamentares realizadas na Colômbia em 11 de março, os partidos da direita foram vitoriosos, embora a esquerda, ainda que fragmentada, tenha avançado um pouco. Estas eleições também foram utilizadas como primárias para definir os candidatos de algumas coalizões, no caso da direita disputadas entre os postulantes dos partidos Centro Democrático (CD) do ex-presidente Álvaro Uribe e do Conservador, onde o escolhido foi Ivan Duque, do CD, com aproximadamente quatro milhões de votos. Na esquerda, houve também uma prévia entre o candidato da Aliança Verde, Gustavo Petro, e Carlos Caicedo, do Fuerza Ciudadana, ambos ex-prefeitos respectivamente das cidades de Bogotá e Santa Marta, vencida pelo primeiro, com quase três milhões de votos contra quinhentos mil.

No entanto, há previsões de que até oito candidatos presidenciais irão apresentar-se para disputar o primeiro turno em 27 de maio, dos quais os mais representativos da direita são Ivan Duque, do CD, e Germán Vargas Lleras, do Câmbio Radical. Pelo centro viria Humberto de la Calle, que foi o coordenador do governo colombiano nas negociações do acordo de paz com as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) em Havana, pelo Partido Liberal. A esquerda vai apresentar-se dividida entre as candidaturas de Gustavo Petro, da Aliança Verde, e Sergio Fajardo, ex-governador do estado de Antioquia pelo Pólo Democrático Alternativo (PDA).

As 108 cadeiras do Senado foram disputadas por dezesseis partidos e coalizões e dez deles estarão representados na legislatura que será inaugurada em 20 de julho próximo. Destes, três partidos de direita somarão 53 senadores, os Liberais e o Partido da Unidade Nacional mais ao centro terão juntos 28 senadores e a esquerda somará 27 senadores, incluindo os cinco que caberão ao Força Alternativa Revolucionária do Comum (Farc), conforme definido nos Acordos de Havana, embora tenham obtido apenas cinquenta mil votos, o que não lhes daria nenhum assento. Este resultado foi importante, pois a soma dos votos da esquerda e do centro, em tese permitem, pelo menos, barrar retrocessos propostos pela direita nos acordos de paz, pois juntos somam 55 votos no Senado (50% mais um).

As 172 vagas na Câmara foram disputadas por 27 partidos ou coalizões onde catorze deles elegeram representantes. A direita elegeu 83 deputados, o centro elegeu sessenta, a esquerda dezenove - incluindo os cinco que cabem ao Farc - e algumas pequenas agremiações regionais ou independentes elegeram os deputados remanescentes.

Na Colômbia o voto não é obrigatório e a abstenção ficou em torno de 52%. O quadro resultante das prévias que ocorreram aponta para a realização de segundo turno nas eleições presidenciais, mas também mostra uma vantagem de saída para a direita que, na sua disputa interna, envolveu em torno de seis milhões de votos, enquanto a disputa entre Petro e Caicedo reuniu aproximadamente 3,5 milhões de votos. Ainda haverá dois meses de campanha eleitoral, mas um resultado progressista em um possível segundo turno entre Ivan Duque e Gustavo Petro, que este último chamou de disputa entre a “Colômbia da morte e a Colômbia da vida”, dependerá, por um lado, da unidade da esquerda e, por outro, da inclinação eleitoral do centro.

Peru

O presidente do Peru, Pedro Paulo Kuczynski, conhecido como PPK, renunciou ao mandato. Ele havia sido ameaçado mais uma vez com um *impeachment* no Congresso peruano devido a novas denúncias de recebimento de propinas da Empresa Odebrecht. Segundo o representante da empresa no Peru, Jorge Barata, a Odebrecht teria contribuído com 300 mil dólares oriundos de “caixa 2” para sua campanha eleitoral em 2011.

Em dezembro, ele se livrou de um primeiro processo de *impeachment*, acusado de mentir ao negar ter recebido dinheiro da Odebrecht quando era ministro do presidente Alejandro Toledo (2001 a 2006). Para evitar os 87 votos necessários para destituí-lo, negociou com um setor do Partido Fuerza Popular, liderado por Kenji Fujimori, irmão da candidata derrotada por PPK em 2016, Keiko Fujimori, e concedeu um indulto ao ex-presidente Alberto Fujimori, pai dos dois, por “razões humanitárias”. Este foi condenado a longas penas de prisão por corrupção, conspiração e violações de direitos humanos. Kenji e os

nove parlamentares que acompanharam seu voto foram expulsos do partido pela irmã dele agora no início de 2018.

Na recente votação do Congresso peruano que decidiu sobre a abertura do novo processo de impeachment houve 87 votos à favor, quinze contra e quinze abstenções. Alguns deputados que haviam votado contra o impeachment em dezembro agora votaram favoravelmente à abertura do processo, embora em princípio bastasse ao presidente reverter apenas um dos votos favoráveis.

Ele bem que tentou, porém, vídeos onde PPK, ministros e Kenji tentavam convencer alguns deputados do Fuerza Popular a não condená-lo em troca de obras públicas e desvios de recursos para seus mandatos foram divulgados por Keiko. Isso complicou sua situação, e ele decidiu, em 21 de março, apresentar a renúncia a seu mandato.

O empenho de Keiko Fujimori e do Fuerza Popular para destituí-lo é intenso, pois ela avalia que a destituição de Pedro Pablo Kuczynski pode abrir o caminho para antecipar as eleições e ela assumir a presidência do país mais cedo ou mais tarde, uma vez que em 2016 perdeu para ele no segundo turno por apenas cinquenta mil votos. Resta ver qual será a postura do primeiro vice, Martín Vizcarra, do mesmo partido do presidente, Peruanos por el Kambio, que hoje exerce o cargo de embaixador do Peru no Canadá e que institucionalmente seria o substituto de PPK.

O mais irônico nesta situação é que está agendada a 8ª Cúpula de Chefes de Estado das Américas para ocorrer em Lima, no Peru em 13 e 14 de abril, da qual o tema é “Governabilidade Democrática frente à Corrupção”.

Rússia

Na eleição para a presidência da Rússia, ocorrida em 18 de março, Vladimir Putin reelegeu-se com mais de 70% dos votos válidos de um comparecimento de 67% do eleitorado. Sua primeira eleição foi em 1999 e, a partir de 2000, governou por dois mandatos de quatro anos, pois foi reeleito em 2004. Em 2012 candidatou-se novamente e obteve seu terceiro mandato. Com o novo mandato que acabou

de conquistar poderá governar até 2024, ou seja, terá ficado então vinte anos na presidência, além de exercer a função de primeiro-ministro no interregno de 2008 a 2012, quando o presidente eleito com seu apoio foi Dmitri Medvedev.

Nenhum candidato chegou a ameaçar sua atual vitória, pois o segundo colocado, Pavel Grudinin, do Partido Comunista, obteve cerca de 11% dos votos, e Vladimir Jirinovski, candidato de extrema direita do Partido Liberal Democrático, alcançou 5,7%. Os outros cinco candidatos obtiveram menos de 2% dos votos cada um.

Embora exerça um governo de fortes traços autocráticos e favorável ao setor privado, Putin é reconhecido pela população por recuperar a Rússia da crise econômica e social que se instalou após a queda do regime do socialismo real. Ao longo de seus governos a economia cresceu, assim como a capacidade de consumo da população. Ele também investiu na recuperação do poderio militar do país e resgatou o orgulho nacionalista russo ao frear as tentativas da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) de se aproximar demasiadamente de suas fronteiras, além de demonstrar sua capacidade de intervir militarmente no exterior, como no caso da Síria, bem como recuperar a influência russa em foros internacionais como o Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU).

Alemanha

O Parlamento alemão aprovou por 364 votos favoráveis dos seus 709 membros o “Bundestag”, em 14 de março, a nova composição de governo da “Grande Aliança” formada pelos partidos CDU/CSU e SPD, a ser liderada pela chanceler Angela Merkel. Foram seis meses de negociações de duas diferentes coalizões possíveis, inicialmente do CDU/CSU com os partidos Verde e Liberal, a “Coalizão Jamaica”, que não prosperou. E, a partir do início do ano, as negociações com o Partido Social Democrata (SPD) que, ao final das eleições, em setembro de 2017, havia anunciado que não comporia um novo governo com a Chanceler.

No entanto, após um intenso debate no interior do SPD, quando vários aspectos foram considerados, tais

como a possibilidade de um acordo mais favorável do que nas duas “Grandes Alianças” anteriores com o CDU/CSU (2005 a 2009 e 2013 a 2017), a inclusão de algumas políticas sociais no acordo, a preocupação com os rumos da União Europeia em crise com o Brexit e o crescimento dos votos antiintegração em diversas eleições no continente europeu, entre outros argumentos, levaram os membros do partido tanto a autorizar a participação nas negociações quanto a aprovar seu resultado com o voto favorável de aproximadamente dois terços dos filiados.

No entanto, o processo não se desenvolveu sem polêmicas internas. A organização da juventude do SPD (Juso) era contrária a negociar uma nova coalizão. O ex-presidente do Partido, Sigmar Gabriel, que foi ministro das Relações Exteriores durante a coalizão que terminou agora e foi substituído na liderança do SPD pelo eurodeputado, Martin Schulz para conduzir a campanha eleitoral, acusou este último de “faltar com a palavra” quando começou a defender as negociações e, depois, ao se propor a ocupar o cargo ministerial de Gabriel quando elas terminaram. Ao final, nenhum dos dois ficou nesta função. Na votação do Parlamento, em 14 de março,

35 deputados da nova coalizão não votaram a favor, talvez por discordar do acordo.

O SPD ocupará seis ministérios no novo governo. O de Finanças, com o atual presidente do partido e ex-prefeito de Hamburgo, Olaf Scholz; o atual ministro da Justiça, Heiko Mass, assumirá as Relações Exteriores e será substituído no cargo por Katarina Barkley; Hubertus Heil assumirá a pasta do Trabalho e Assuntos Sociais; Franziska Giffey será a ministra da Família; e Svenja Schulze assumirá o Meio Ambiente. Além destes, haverá nomeações também de vice-ministros e outros cargos federais em escalões menores.

Apesar de uma negociação que, na opinião de alguns membros do CDU/CSU, foi generosa demais com o SPD, permanece a dúvida sobre os possíveis efeitos de um terceiro governo de coalizão sobre a popularidade e representatividade do Partido Social Democrata, cujos votos vêm decaindo desde que terminou o governo Helmut Schröder, em 2005, que coligou o SPD com o Partido Verde na Aliança Verde-Vermelha até chegar a 20,5% dos votos, em 2017, o percentual mais baixo desde a primeira eleição depois da Segunda Guerra Mundial.